

PROJETO DE REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA - Entrevista concedida por Sérgio Mattos a Matheus Fortes, Repórter da Tribuna da Bahia, em 10/02/2015

(Matéria publicada no dia 12-02-2015, p.10 da Tribuna da Bahia)

1- Em que fase se encontra o debate sobre o Projeto de Lei que visa a regulamentação da mídia?

Sérgio Mattos - Encontra-se na fase de discussão, com vários grupos cobrando um posicionamento oficial e apresentando e enviando propostas no sentido de colaborar para o texto final do Projeto de Lei de Iniciativa Popular que defende a regulamentação dos meios de comunicação no Brasil. O debate em torno da regulação da mídia vem sendo gestado desde o governo de Lula, com o então ministro Franklin Martins, quando os debates avançaram, mas houve também recuos estratégicos, resultando no engavetamento do projeto durante o primeiro governo de Dilma, que tinha Paulo Bernardo como ministro das Comunicações. Agora, o atual ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, tem sinalizado que o projeto voltou a ser um tema de interesse do governo. O ministério já anunciou que a partir de março [2015], o novo marco regulatório das comunicações será colocado em debate público, quando todos os segmentos da sociedade civil serão ouvidos. Com esta abertura e disposição do governo é que a SOCICOM se propõe também a colaborar com a o projeto, por meio da comissão de especialistas.

2- Porque é importante regular a mídia de um país? Como essa regulação se encaixaria no Brasil?

Sérgio Mattos – Na verdade, a mídia já é regulada no Brasil. O problema é que a regulação data de 1962 e está totalmente defasada em relação aos avanços tecnológicos/digitais e precisa ser atualizada de forma a também atender às propostas mais democráticas contidas na Constituição de 1988, que prevê, por exemplo, uma maior pluralidade e diversidade na mídia brasileira, proibindo os oligopólios na comunicação e garantindo a regionalização da programação das emissoras de rádio e televisão. Por isso precisamos de um novo marco.

3 - A regulação teria efeitos no conteúdo? Quais?

Sérgio Mattos – De certa forma sim, mas no que se refere à produção, pois ao garantir a produção e veiculação de uma programação regional nas televisões, por exemplo,

estaríamos valorizando a diversidade cultural do país, tendo em vista que hoje, o que consumimos, basicamente é produzido no eixo Rio–São Paulo e distribuído nacionalmente, reproduzindo a cultura paulista ou carioca. Da mesma forma que o cinema brasileiro passou a ter mais espaço nas programações de emissoras e casas exibidoras, as programações regionais passariam a obter mais espaço na grade das emissoras de TV. Como isto vai acontecer é difícil de projetar agora. Neste momento o que precisa ser feito é criar as bases necessárias para que a produção regional passe a ter espaço. Além do mais a regulação da mídia não está vinculada apenas à produção de conteúdo, mas, principalmente, à questão da propriedade cruzada de veículos numa mesma cidade e à formação dos oligopólios que interferem, direta e indiretamente, na produção de conteúdos também devido aos interesses econômicos e políticos do grupo. Recentemente tivemos o caso da TV Bahia, afiliada da Rede Globo, que está deixando de veicular duas ou três produções locais em detrimento de programas nacionais. Enfim não se pode pensar que a regulação da mídia vai controlar o conteúdo em si, pois o que se quer é que a Constituição seja cumprida e que o papel social dos meios de comunicação sejam discutidos.

4 - No Congresso, a regulação da mídia é uma pauta antiga e enfrenta uma forte oposição de muitos parlamentares, ao afirmarem que tal projeto representa "censura" aos meios de comunicação. Como responder a esses argumentos?

Sérgio Mattos - Particularmente sou contra todo e qualquer tipo de censura e minha posição está clara nos livros que já publiquei abordando o tema. No entanto estamos atravessando um período de transição política que tem se arrastado desde o fim da ditadura militar que tem discutido conceitos sob o ponto de vista de interesses opostos o que tem tornado o diálogo difícil, mas não impossível. Tivemos, por exemplo, um momento que até a classificação indicativa de programas de TV, filmes, espetáculos, jogos e RPGs, feita pelo Ministério da Justiça, uma prática que existe no mundo todo, foi denunciada como censura e todos nós sabemos que não é. Agora, como implícito na pergunta, estão afirmando que o projeto representa “censura”, mas na verdade o que a maioria dos parlamentares, constituída de proprietários de veículos de comunicação, está defendendo mesmo é o interesse de continuar descumprindo o que reza a Constituição que proíbe a propriedade cruzada, a formação de oligopólios, e indica a necessidade da produção regional, que para eles não interessa devida aos custos e redução dos lucros, pois é muito mais barato comprar e veicular a programação da grade nacional. Naturalmente que os grupos de mídia e suas respectivas associações de veículos devem ser ouvidos também e defenderem seus pontos de vistas, desde que não considerem e confundam a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa garantida na Constituição como sendo apenas a “liberdade da empresa”. Tem muita firula a ser vencida de ambas as partes, dos que querem controlar e dos que não querem ser controlados. O importante é que para avançarmos na democracia deteremos que por em prática tudo o que a Constituição preconiza, sem esquecermos, por exemplo, que rádio e televisão são concessões públicas e que o sistema nacional de telecomunicações é formado por emissoras públicas, estatais e privadas/comerciais.

5 - O ambiente acadêmico tem conseguido trabalhar o debate? Como fazê-lo chegar à sociedade?

Sérgio Mattos – A academia tem debatido e produzido muitos estudos abordando a temática. São muitos congressos e seminários, teses e dissertações e livros produzidos, mas este debate ainda está muito intramuros, ou seja, dentro da própria academia, que precisa romper com alguns obstáculos que a impede de se aproximar mais do mercado e da própria sociedade como um todo. A partir do momento em que o debate é amplo e aberto à participação de todos os segmentos civis, acredito que estaremos contribuindo para que as ideias produzidas na academia sejam mais socializadas.

6 - De que forma a SOCICOM irá trabalhar atualmente para conseguir levar o projeto ao congresso?

Sergio Mattos - A Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM), atualmente presidida pelo professora doutora Margarida Kunsch, resolveu acatar proposta do Prof. Dr. Marcos Dantas, e criou uma comissão de especialistas, com o objetivo de contribuir para o debate sobre a regulação da mídia no Brasil, por meio da elaboração de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular. A Comissão é composta por dez professores doutores e presidida por: Marcos Dantas(UFRJ). Os demais membros são: Adolpho Queiroz (Mackenzie); Anamaria Fadul (Intercom), Edgar Rebouças (UFES); Fernando Oliveira Paulino (UnB); Maria Berenice Machado (UFRGS); Murilo Ramos (UnB); Ruy Sardinha Lopes (USP); Sérgio Amadeu da Silveira (UFABC) e Sérgio Mattos (UFRB).

A constituição da Comissão foi o primeiro passo. A partir de agora os membros vão começar a interagir, por meio da internet (grupo de discussão) e por meio de encontros presenciais. O grupo de discussão já foi constituído e o presidente da comissão está elaborando a metodologia a ser seguida. Os trabalhos deverão ser iniciados depois do carnaval, mas os membros da comissão já estão à disposição do ministro Ricardo Berzoini, das Comunicações, além de promoverem e participarem de seminários, congressos e de debates sobre o sistema de mídia no Brasil em suas respectivas comunidades acadêmicas/universitárias.

É interessante lembrar aqui que outros grupos estão também elaborando propostas ao Projeto de Regulação de Mídia, a exemplo do FNDC (Fórum Nacional de Democratização da Comunicação) e do INTERVOZES (Coletivo Brasil de Comunicação Social) entre outros.

7 - O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, fez, recentemente, uma declaração polêmica sobre a possibilidade do projeto de regulação da mídia (entre outros temas, como o direito ao aborto, por exemplo) ser colocado em pauta no congresso. Na ocasião ele afirmou que esses temas só seriam pautas no Congresso "por cima do seu cadáver". Será difícil dialogar com o parlamento para

fazer a pauta chegar no plenário?

Sérgio Mattos - li a declaração de Eduardo Cunha, presidente da Câmara Federal, nas páginas amarelas da revista *Veja* (10/02/2015) desta semana na qual ele diz textualmente: "Sou absolutamente contrário à regulação da mídia, seja de conteúdo, seja de natureza econômica". Na mesma entrevista ele deixa transparecer que é um legalista e escravo do regimento e assim, podemos inferir, um seguidor também da Constituição. Além disso, se for para estabelecer o que a Constituição diz, sozinho, ele não poderá influir no andamento dos processos. O que se propõe não vai, portanto, de encontro aos princípios dele, pois o que se deseja é a atualização da regulação já existente, já defasada, e quando se fala de conteúdo, nos referimos é a produção de conteúdo regional e seu melhor aproveitamento. Quando se fala de regulação, não se está dizendo que vai haver censura, controle da mídia, nem tão pouco impedir a livre-iniciativa, mas buscar uma definição melhor para o papel social que a mídia tem a desenvolver no país, considerando-se que uma parcela da mídia é uma concessão pública (Rádio e TV) e exatamente por isso devem dar um retorno social maior. Como o próprio Eduardo Cunha diz, se referindo às questões políticas e relações entre o executivo e o legislativo toda e qualquer proposta, está sujeita a modificações e tudo vai depender da articulação política e social que venha a ser feita. Ser contra sem ler a proposta seria uma incoerência dele em relação aos próprios princípios. Assim sendo, vamos em frente, pois como já dizia Antonio Carlos Magalhães "só não muda de opinião, quem não as tem".